



## PIETISMO CRISTÃO E ESPETÁCULO DE ESTADO.

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3687

Ricardo Hiroyuki Shibata, UNICENTRO

### Resumo

Mais conhecido por sua obra teatral, Gil Vicente (c.1465-c.1536) é também autor de um interessante romance, de assunto histórico até agora muito pouco estudado. Trata-se do lamento em forma elegíaca à morte de El-Rei D. Manuel. Nele, é possível flagrar a apropriação literária de uma longa tradição, conforme certa matriz retórico-poética, das elegias funerais greco-latinas e das “defunciones” ibéricas dos séculos XV e XVI. De modo complementar a este quadro formal, há um outro, que se inscreve no interior das práticas institucionais portuguesas, em particular, as que regulam a hora do passamento régio e as respectivas preces votivas pela morte do titular do trono. Dessa forma, isto significa dizer que a inventio do discurso de Gil Vicente adequa-se a formas culturais fixas, especificadas na teorização política (a do “corpo sagrado” do rei merece relevo) e nos regamentos dos espetáculos do Estado. Aqui, não poderiam faltar lances de pietismo cristão, de participação divina nos negócios mundanos e de matrizes doutrinas propostos pela ortodoxia católica.

### Palavras Chave:

Gil Vicente; século XVI;  
Humanismo;  
Renascimento.

## Introdução/Justificativa

Há um aspecto da obra de Gil Vicente que recebeu até agora (salvo engano) muito pouca atenção da crítica e da historiografia tanto literária quanto histórica. Refiro-me, em particular, a um interessante *romance* em verso, “À Morte do Muito Alto e Esclarecido Rei D. Manuel, o Primeiro do Nome”, presente em suas “Obras Miúdas”, cujo teor trata de um lamento em forma elegíaca ao passamento do monarca soberano de Portugal. Esta obra, produzida concomitantemente a “Outro romance de Gil Vicente que fez quando foi levantado por rei D. João, o terceiro, de gloriosa memória”, constitui uma das faces – ambas, de fato, complementares – de um ritual estratégico da realeza: aquela da morte do antigo rei e a imediata ascensão de seu sucessor. Para o âmbito específico deste estudo, vou limitar-me ao primeiro, verdadeiro resumo de uma circunstância particularmente delicada da história institucional portuguesa, qual seja, o momento da vacância momentânea do trono real.

É importante ressaltar, desde logo, que essa consolação fúnebre só pode ser reconstituída e interpretada, de modo historicamente verossímil, a partir de sua inserção estratégica no interior de um quadro formal retórico-poético, assentado nas práticas letradas do século XVI na Península Ibérica. Equivale a dizer, então, que a matriz discursiva de Gil Vicente seria sobretudo aquela divulgada pelo arsenal de *topoi* da poesia palaciana, cujo caráter sapiencial e votivo testemunhava as regras de elocução em que se dava a presença da figura régia.

Isso significa afirmar igualmente que um dos momentos mais decisivos da história política portuguesa serve de esquadro para a *inventio* do discurso vicentino, mesmo porque as exéquias da realeza não se realizam sem decoros e formalidades especificados numa teorização institucional que doutrina os

espetáculos do Estado e a expressão de magnificência amplamente compartilhada por toda a comunidade.

## Objetivos

O objetivo, então, deste trabalho é examinar mais de perto de que modo ambas as tradições – o aspecto propriamente literário e o viés institucional – se articulam e se constituem a partir de um contexto particular de enunciação, vale dizer, aquele momento institucional em que se dá a passagem de um rei a outro.

Esse esforço de reposição histórica, aqui, se realiza para constituir essas tradições como mapa dos sentidos possíveis, sem o qual implicaria certo desvio, com grande perda epistemológica, ao labirinto anacrônico dos testemunhos vividos pelo próprio autor, da tradução objetiva do momento histórico de interregno do poder monárquico ou das manifestações subjetivas de pranto.

Bem ao contrário, os conteúdos mobilizados por Gil Vicente só podem ser corretamente desvelados se levarmos em conta as condições históricas particulares em que se produziram e o interesse persuasivo a que se destinam, devendo, prioritariamente, ajustar-se a uma forte estruturação formal em que se assenta e à lógica, algo particular, da dinâmica política da monarquia portuguesa.

## Resultados

O discurso consolatório de caráter fúnebre, escrito em verso, possui uma longa tradição formal. Para o estudo da preceptiva do gênero, as consolações poéticas latinas não apresentam qualquer precedente na literatura grega anterior, pois sua “indeterminação” ou sua “não fixação” genérica pode ser esboçada ao compará-la com os traços característicos de outros tipos de composição como a elegia e o epigrama. Se esses três gêneros literários compartilham, de fato, certas

características como o conjunto de *topoi* e o estilo, a consolação se diferencia por sua estrutura muito peculiar.

É que os poemas consolatórios latinos estão compostos por uma introdução geral amplificada em forma de *expositio*, que se destaca como proposição especulativa, e por mais três partes claramente diferenciadas e ordenadas sempre na mesma disposição retórica: no exórdio, uma parte encomiástica em forma de *laudatio*, que engloba a captação da benevolência, isto é, a parte do exórdio em que o orador pede aquiescência do público para o que se vai dizer; segue-se uma narração, em que se suscita o lamento geral pelo luto, em forma de *comploratio*, o que incorpora também as funções da petição discursiva (de qualquer forma, é uma “prótese argumentativa” e não apenas uma simples exposição ou “narração” de fatos); e na peroração, uma consolação propriamente dita – uma *consolatio*. Através dessas quatro partes constitutivas e individualizadoras do gênero, a consolação poética entrava em estreito contato com outros gêneros correlatos: a partir da seção encomiástica, com todas as formas de louvor e suas respectivas variações, e, pela seção dedicada à *comploratio*, com a elegia e o epigrama sepulcrais.

A rigor, a elegia e o epigrama, de gêneros inicialmente aptos à toda manifestação de tristeza e pesar, tendem a converter-se em discursos abertos em termos de variedade temática e de expressão de todos os aspectos da vida humana, a despeito de muitas vezes tratar e amplificar um aparato consolatório comum de tópicos e subtópicos: mais vale uma vida intensa do que longeva e entediante; as coisas do mundo são passageiras, apenas a morte é certa; os mortos estão apenas provisoriamente ausentes; a vida é um empréstimo que devemos devolver ao morrer etc. A consolação poética, por sua vez, se mantém fechada em termos formais,

sobretudo por conta de sua estrutura menos flexível e seus limites de conteúdo, cujo objetivo é chorar os mortos e confortar os vivos.

Ora, no que se refere ao poema consolatório cristão, são mantidas as partes já estruturadas pela tradição clássica, porém o elogio das virtudes pagãs é substituído pelo pietismo e pelas virtudes sacrificiais. A diferença fundamental, então, reside, como diz S. Jerônimo (Ep. 60, 14.2), no fato de o pagão viver esperando a morte e o cristão morrer esperando a vida (*mori victurum*). Para sossegar as causas de aflição pelo luto, os autores cristãos investem na tópica da morte igualar a todos os homens, acrescentando novas tópicos como o acatamento à vontade de Deus ou a partida desta vida para uma vida melhor.

Durante a Idade Média, com Boécio, esses *topoi* se assentam e recebem a contribuição dos argumentos acerca da vaidade dos bens (a cobiça por riquezas, o luxo das roupas, a multidão de criados) e do poder temporal (a paixão pela fama e glória que se busca pelos bons serviços prestados ao Estado), a inconstância da Fortuna (ao modificar o rumo das coisas e a girar a roda da sorte) e do sofrimento como destino comum de todos os homens (MURPHY, 1997, p.68).

A partir desse ponto doutrinal, o discurso fúnebre de Gil Vicente pela morte de D. Manuel quadra perfeitamente com o resgate cuidadoso e consciente dos recursos dessa tradição de temas consolatórios, tanto em seu arsenal de *topoi*, como em sua estrutura. O que equivale a dizer que o discurso vicentino responde a um rigoroso processo de construção, fundado em dois aspectos complementares: por um lado, a submissão às leis do gênero da consolação poética; e, por outro, a atualização dessa estrutura formal às circunstâncias particulares de enunciação e ao seu enquadramento persuasivo de base.

Com efeito, como se viu, o

gênero exigia que as composições contivessem uma *expositio* geral do tema a ser tratado, seguida por um esquema tripartite (*laudatio, comploratio e consolatio*). E é exatamente isto que encontramos no discurso “À Morte do Muito Alto e Esclarecido Rei D. Manuel, o Primeiro do Nome”, de Gil Vicente: 1) exposição geral acerca da vida e da morte com ênfase na transitoriedade da vida e da vaidade dos bens terrenos; 2) panegírico de D. Manuel, em que se exaltam as suas virtudes, sobretudo aquelas referentes a seu pietismo cristão; 3) as expressões mais patéticas de lamento da família real pelo pesar sofrido; e 4) o consolo dos grandes do Reino de Portugal que procura assegurar que com a morte se abra o caminho para a vida eterna. Quer dizer, a solução formal esposada por Gil Vicente propõe que a existência terrena é oportunidade para angariar dividendos salvíficos e uma transição estratégica para a glória celestial; assim, em oposição à emulação de práticas literárias pagãs, em que a vida terrena é dedicada à glória mundana e à busca de renome e fama.

Reposta, então, a tradição formal do gênero consolatório em verso e sua organização discursiva, o que cabe fazer é examiná-la à luz da dinâmica histórica em que se dá o *romance* de Gil Vicente em homenagem à morte de D. Manuel. A rigor, penso que é preciso referi-lo estrategicamente a essa situação de anomia suscitada pelo interregno do poder nos alvares do século XVI, em Portugal.

Historicamente, a continuidade ritual entre as expressões mais patéticas pela morte de um rei e os sentimentos de júbilo pela aclamação de seu sucessor pode muito bem ser resumida na seguinte fórmula: “Fizeram seu dó, e depois alegrias como é costume”, segundo disse o cronista Fernão Lopes quando do levantamento de D. João I, Mestre de Avis.

Assim, a dor pela morte do corpo físico do rei, sujeito a todas as

vicissitudes do tempo, rivalizava com a permanência do seu corpo simbólico, a função de “cabeça” do corpo político e do Estado. De fato, trata-se de um momento único em que o ofício da realeza se atualiza através do corpo material do novo rei. Parece evidente que, de modo estrito, nunca há vacância de poder, apenas a expectativa do alçamento que viria a coroar, num ritual específico. A solução de continuidade dava-se pela recomposição da ordem instituída, assumindo a *persona* do rei – *rex numquam moritur* – com todos os caracteres e funções daquele que havia falecido.

Nesse sentido, as fórmulas do aparato retórico da tradição literária devem combinar-se com as finalidades propostas pela tradição de rituais de base política. Isto leva a entender que os esforços da argumentação de Gil Vicente não se constituem em mera arbitrariedade de construção ou narração descompromissada de fatos (ficcional ou não), porém inserção precisa numa tradição cerimonial que articula, dinamiza e demanda uma linguagem específica com seu arsenal de lugares-comuns vinculada a um gênero poético determinado.

Conforme a hermenêutica que estabelecemos aqui, Gil Vicente começa por enunciar a tópica do desengano, com forte acento estoico, propondo estrategicamente que “Quem longa vida deseja, / deseja ver-se enganar”, pois é exatamente no “triste acabar” que “se começa o engano”, mesmo porque aquilo que “vejo chamar / vida, não que vida seja”, mas tão-somente “modo de falar”; melhor convém, a partir da ponderação acerca da morte, que “não dure a vida de engano” (VICENTE, 1983, p.626). Assim, o tempo presente da existência humana nada é senão exortação a uma longa meditação acerca do fim a que se destina inexoravelmente.

Nada vale, então, para seguir nos passos do aviso público do *memento* e amplificar a proposição inicial postulados por Gil Vicente, “riqueza ou grande

poder, / ou mui alta senhoria, / ou bonança ou alegria”, que não resistem a passagem do tempo, pois “logo deixa de ser / quando era”. Pois, são apenas, enfim, “vida vã e vazia, / ocupada em presunção”. Ou, mais especificamente, para referir-se de vez a D. Manuel, “quem viu as alegrias / daquelas naves tão belas, / belas e poderosas velas, / agora há tão poucos dias / era ir a Infante nelas!”, o que se subsume ao patético do desengano da falsa esperança e do *cogito mori* sofrido pelo corpo mortal que preenchia o cargo de rei (“Rei que o mundo mandou”), cujos feitos do varão ilustre digno de memória encontram o “que tal se tornou; / e verei como te velas da vida que o enganou” (VICENTE, op. cit., p.626-627).

E, para fechar o *memento*, dá o tom em chave pastoral: “Vela-te, vida, na vida, / não sejas morte na morte”, ou seja, “guia-te per este norte / de tão súbita partida / de um Rei tão são e tão forte”, que é modelo, não de feitos e ações dignos de memória listados no elenco das crônicas régias de matriz classicizante, entretanto, do que resta do percurso humano ou, definitivamente, da brevidade da vida. Assim, a busca de imortalidade pelo triunfo dos feitos sobre a morte e o esquecimento (VOVELLE, 1983, p.221) cede lugar à advertência do *quia pulvis es, et in pulverem reverteris* (“porque tu és pó, e em pó irás se converter”, Gn. 3.19). Qualquer esperança de glória a partir da conquista de bens terrenos é apenas imensa vaidade, de onde vicejam todos os enganos – “vaidade das vaidades”, como se refere o Eclesiastes.

Fica particularmente claro, então, que a amplificação das virtudes, esposada pela tradição estoica, seria mais efetiva ao se referir àqueles feitos dignos de memória que, acompanhando o decoro da historiografia clássica e dos panegíricos fúnebres, pode consolar, de modo satisfatório, da ausência, ao mesmo tempo em que ativa o *memento* e suscita o

*bene vivere* com vistas a *felicitas*. Entretanto, para a ortodoxia católica, não basta qualquer felicidade em si, mas a *vita beata*, ou seja, o *bonorum omnium finis*; aquela a qual se devem dirigir todas as ações, sem que haja mais nada além dele que procurar.

Admitindo, então, a morte como liberação para aqueles que não sentem apego à vida, oferece ao crente a ocasião mais propícia para que o espírito se desate das exigências do corpo terreno e se conduza ao desengano e à união perfeita e definitiva com Deus. “Não há genuína virtude quando a virtude está subordinada à glória humana”, vaticinava S. Agostinho. Mesmo o amor à pátria era um ato terreno por demais comezinho, pois decorrência de uma vontade, no limite, voltada para o aplauso público e nunca dileção pela eternidade.

Pois bem, essa primeira parte da oração de Gil Vicente, em que são postos em movimento as tópicas da tradição cristã, refere-se estrategicamente ao rito de entronização régia, cuja liturgia objetiva renovar os laços espirituais, sociais e comunitários pela junção numa forma estatal particularmente coesiva, a despeito da imensa variedade de ordens, corporações e distinções entre os súditos do Reino, estabelecendo um fundo comum de crenças e valores (STROCCHIA, 1992, p.23-24). Dessa forma, a *expositio* vicentina ressalta essa matriz que subjaz à existência de todos os seres independentemente do lugar em que ocupam na hierarquia – e na descrição dos feitos do rei falecido, é patente a máxima que a morte em algum momento chega para todos. Daí o desempenho da tópica do desengano ser crucial, pois exerce o papel de “desmontar” os vários estamentos que compõem o Estado, escalonados em caracteres distintivos de honra e ordenados pelo código de precedência, em função de um princípio maior, o do cultivo das virtudes.

Articulado estrategicamente a

esse primeiro movimento, há um segundo: a da *laudatio*, aquele em que Gil Vicente vitupera aqueles que se esforçam na busca desenfreada por bens terrenos e glórias cívicas. Para ele, o fogo caudaloso da cobiça e as conquistas humanas, conforme reza a tradição, estão destinadas às cinzas e ao pó a que todos os seres terão de voltar um dia certamente. Assim, os termos genéricos de índole especulativa propostos pela *expositio* ganham contornos mais nítidos se comparados ao diapasão fortemente pietista e pastoral fornecido pela *laudatio*.

Esse caráter de nivelamento social assume a função não só de elemento coesivo entre os membros da comunidade política, mas também ratifica a necessidade de harmonia social, paz e amizade entre eles num momento particularmente agônico para a manutenção do Estado. A proposição vicentina, com vistas à mudança de comportamento por parte do público – de caráter coletivo, portanto –, torna-se oportunidade para reflexão acerca de si mesmo e da própria vida. Equivale a afirmar que a obtenção da paz interior conseguiria assumir satisfatoriamente caráter público, mesmo porque, nesta lógica, a paz consigo mesmo é pré-condição para o estabelecimento de laços de amizade com outros e, portanto, para a concórdia de todos os membros da comunidade política.

Quanto à segunda parte da oração de Gil Vicente às exéquias de D. Manuel, o caráter genérico das proposições é ambientado no interior de práticas rituais concretas, que percorrem do momento particular da morte até os últimos lances do cortejo de sepultamento. A ênfase no aspecto processional, em que desfilam os diversos níveis hierárquicos da sociedade, procura singularizar cada membro conforme sua dignidade política em relação ao Estado.

Se, num primeiro movimento, as fronteiras entre os estamentos, cuja ordenação hierárquica foi “desmontada”

em nome do desengano de uma vida com limites temporais e do cultivo da virtude, trata-se agora paulatinamente de recompô-las numa disposição argumentativa em que os elementos da descrição são eles mesmos apresentados emulando a hierarquia temporal. O esforço é destacar os liames de poder entre grupos determinados e legitimar distinções de status social conforme códigos de precedência. A ordem processional em que são apresentados e descritos os personagens – a parte dedicada à descrição dos “grandes” do Estado ordenada pela *dispositio* retórica em Gil Vicente – exerce papel relevante na narrativa, pois aqueles que possuem maior dignidade política devem ser apresentados primeiro numa ordem que segue necessariamente o ordenamento temporal.

É, dessa forma, que a segunda parte da oração de Gil Vicente amplifica a “questão infinita” proposta, logo de início, em “questão finita” com menção às condicionantes particulares da situação discursiva. Daí a referência ao “Pranto fazem em Lisboa, / dia de Santa Luzia, / por el-Rei D. Manuel, / que se finou nesse dia” e aos sentimentos de pesar dos grandes senhores (“Choram Duques, Mestres, Condes, / cada um quem mais podia; / os fidalgos e donzelas / muitos tristes em perfia”). Entretanto, o acento patético das lacerações de pesar pela morte de tão ilustre figura na hierarquia do Reino português cabe obviamente aos membros da família real: os Infantes D. Luís e D. Fernando aos gritos; a *descriptio puellae* somada ao aspecto doloroso das lágrimas da Infanta – “seus cabelos, fios d’ouro, / arrancava e destruía; / seus olhos maravilhosos / fontes d’água parecia” – e as lóstimas dignas de memória. proferidas em discurso direto:

Paço tão desemparedado,  
derribado merecia,  
pois a sua fortaleza  
se tornou em terra fria.

Oh, minha senhora madre,  
Rainha Dona Maria,  
quem a vós levou primeiro  
mui grande vos livrou da pena  
que passámos neste dia. (VICENTE, op. cit.,  
628)

Ou as “lágrimas prudentes”,  
decorosamente adequadas à ocasião  
 (“como a grão senhor cumpria”), do  
Príncipe, futuro D. João III, aquele que  
iria assumir as funções da monarquia  
depois da morte do pai e cuidaria  
também de fazer cumprir o testamento e  
as exéquias. Ou, ainda, a rainha, no  
mesmo registro patético desempenhado  
pela Infanta, com voz rouca de  
desamparo entre berros e soluços:

Oh, Reina desamparada!,  
Qué haré sin compañía,  
pues en la esta triste vida  
sola una vida tenía !. (VICENTE, op. cit.,  
629)

Por fim, queixando-se da dor da  
ausência e da orfandade não só dela, mas  
de todo o Reino português: “Niña sola en  
tierra agena, / huérfana sin alegría!”. E,  
para apertar ainda mais o nó dramático,  
acrescenta Gil Vicente: “assim pedia a  
Deus a morte / como quem pede  
alegria”.

De fato, as expressões mais  
patéticas de dor e pesar nos rituais  
aristocráticos de morte cabiam  
primeiramente às mulheres aprender,  
desempenhar e transmitir, em forma de  
técnicas modelares de luto, o que incluía  
uma vasta gama de gestos físicos, surdos  
lamentos e flagelações auto-infligidas.  
Para certa tradição petrarquista, o luto  
vedava qualquer demonstração pública de  
sofrimento, enfatizando o auto-controle,  
a disciplina externa e a internalização da  
dor.

Em Gil Vicente, nada mais  
estranho do que essa impassibilidade.  
Para ele, a dramaticidade e as expressões  
patéticas deviam ser proporcionais à  
importância do momento. As “lástimas”,  
as “mágoas” da Infanta e “a rouca voz  
dolorosa” da rainha, aos quais se refere  
Gil Vicente, tinham por objetivo não

apenas demonstrar a perda pessoal  
causada à mulher (a filha do rei ou a  
esposa), mas também legitimar o luto  
coletivo da família e de toda a  
comunidade política.

Ao enfatizar essa presença  
estratégica das figuras mais  
representativas da linhagem real  
portuguesa em momento tão decisivo,  
Gil Vicente configura o que Le Goff  
chamou de “lugar de memória” (LE  
GOFF, 1999, p.245), quer dizer, a  
instância genealógica estaria a serviço da  
coesão e da preeminência sociais. Os  
laços de consanguinidade seriam a fonte  
das virtudes aristocráticas e das  
prerrogativas sobre os demais membros  
da ordem social. Para Georges Duby, a  
morte ritual não poderia ser saída furtiva  
do palco da vida, mas uma “aproximação  
lenta, regulada, governada, e prelúdio,  
passagem solene de um estado para um  
outro estado superior” (DUBY, 1986,  
p.7).

Assim, Gil Vicente, ao narrar a  
presença da família régia nos momentos  
finais de D. Manuel, descreve exatamente  
esse momento delicado, mas também  
estratégico, da passagem do cargo de  
monarca, do poder temporal e demais  
dignidades de um rei para seu sucessor. E  
é exatamente, no que tange às virtudes  
mais expressivas do monarca, que  
desfalece em seus últimos momentos,  
recebendo os derradeiros sacramentos, ao  
expirar, sem as intervenções dramáticas  
do patético das cenas da Infanta e da  
Rainha, que melhor se matiza a  
serenidade de D. Manuel perante à morte.

Revela-se aí a figura do rei  
piedoso, aquele que conversa com os  
seus e “com muita sabedoria” (sabedoria  
que se opõe à ignorância daqueles que  
desdenham os conselhos do *memento*)  
“per palavras piedosas / os Sacramentos  
recebia”. Aqui, o modelo da morte em  
paz guarda valor exemplar na  
orquestração dos rituais das práticas  
social e política. O que possibilita, em Gil  
Vicente, a passagem da pastoral ao leito

de morte propriamente dito, que se complementam, como do julgamento coletivo decorre a diatribe individual (VOVELLE, 1974, p.61). A partir disso, o *romance* de Gil Vicente atua como prova dos argumentos enunciados pelo exórdio, onde os feitos grandiosos e os bens terrenos são fortemente vituperados em proveito da vida além-túmulo, marcando o caráter religioso e ritualístico do cerimonial. Em verdade, o que se afirma não é só o rei ou a família real, mas toda a dinastia régia numa ficção de continuidade do cargo majestático (BUESCU, 2000, p.90-91).

### Considerações Finais

É, assim, portanto, que, nas “Orações dos Grandes de Portugal a Nossa Senhora, depois d’enterrado el-Rei”, as diversas enunciações se sucedem numa ordem decrescente de dignidade. Ao rei falecido, no modo de entender de Gil Vicente, segue-se o decore da enunciação das preces do Duque de Bragança, do Mestre de Santiago, do Marquês de Vila Real, do Marquês de Torres, do Conde de Marialva, do Bispo de Évora, do Conde de Tentugal, do Conde da Feira, do Conde de Penela, do Conde de Alcoutim e, por fim, do Conde de Portoalegre.

Essas enunciações procuram ressaltar, sem grandes variações muito particulares, as virtudes pias de D. Manuel angariadas durante sua existência. Contudo, se o quadro básico dos *topoi* que sustém esta parte do discurso de Gil

Vicente emprega fórmulas repetidas, em especial, aquelas que destinam ao louvor da capacidade interventora da Virgem, ao pedido de glória celeste ao rei e ao consolo daqueles que ficam, é porque essas fórmulas atendem prioritariamente a ratificação de um forte fundamento religioso. De qualquer modo, o que cabe perceber, neste ponto, é que o traço epidítico, presente em todas essas orações, quadram perfeitamente com a *captatio benevolentiae* (ao pedido de benevolência) da *peroratio* retórica, ou seja, o momento derradeiro do discurso em que se resumem as razões probatórias para que o interlocutor aceite mais prontamente o que se disse e, em nosso caso, da busca de disposição favorável a receber a alma do rei falecido.

### Referências

- BUESCU, Ana Isabel. **Memória e Poder**. Lisboa: Cosmos, 2000.
- DUBY, Georges. **Guilherme, o Marechal**. Lisboa: Gradiva, 1986. .
- LE GOFF, Jacques. **São Luís**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- MURPHY, James. **Rhetoric in the Middle Ages**. Los Angeles: UCLA Press, 1997.
- STROCCHIA, Sharon. **Death and Ritual in Renaissance Florence**. Baltimore/London: Johns Hopkins University Press, 1992.
- VICENTE, Gil. **Compilaçam de toda las obras de Gil Vicente**. v.II. Lisboa: INCM, 1983.
- VOVELLE, Michel. **La Mort et L’Occident de 1300 à nos jours**. Paris: Gallimard, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Mourir Autrefois**. Paris: Gallimard/Julliard, 1974.